

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS - DCEEX**

**TEORIA ECONÔMICA E O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990
NO BRASIL**

REINALDO CARVALHO MARTINS

Três Rios, RJ
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS - DCEEX**

**TEORIA ECONÔMICA E O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990
NO BRASIL**

REINALDO CARVALHO MARTINS

Monografia submetida como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas da UFRRJ – Instituto de Três Rios.

Orientador: Prof. Roberto Salvador Santolin

Três Rios, RJ
2012

REINALDO CARVALHO MARTINS

**TEORIA ECONÔMICA E O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990
NO BRASIL**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professor Orientador Roberto Salvador Santolin

Professora Julianne Alvim Milward Azevedo

Professora Maria Helena Facirolli Sobrinho

Três Rios, 05 de dezembro de 2012.

Dedico esta monografia a minha família pelo apoio em cada fase
de minha vida.

Aos professores por contribuir para minha formação.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional.

Enfim, à todos que de alguma forma tornaram este objetivo mais
fácil de ser conquistado.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus primeiramente por me dar força e saúde para conquistar meus objetivos, agradeço aos meus familiares por terem me ajudado nas horas mais difíceis e por último, mas não menos importante aos meus amigos e professores que sempre me apoiaram e aconselharam nos momentos em que precisei.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre o desemprego no Brasil, com ênfase na década de 1990, momento em que houve um crescimento significativo no número de desempregados no país, que entrou em uma séria crise econômica que marcou a história do país. Duas teorias foram tratadas no estudo por explicarem a origem do desemprego, a primeira é a Teoria Econômica Clássica, que defende a ideia de que o desemprego é voluntário e a segunda é a Teoria Geral de Keynes, na qual apresenta um posicionamento de que ele tem origem na dinâmica econômica, sendo, portanto, inevitável e involuntária.

Palavras-chave: Desemprego; Década de 1990; Teoria Econômica Clássica; Teoria Geral de Keynes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Desemprego clássico	18
Gráfico 2 – Desemprego segundo Keynes	19
Figura 1 – Taxa de desemprego no Brasil (1980-1997)	24
Figura 2 – Evolução do Desemprego nos anos 1990	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronograma de redução tarifária (1990-1994) em %	26
Tabela 2 – Alíquota nominal média de importações (1996-1998)	29
Tabela 3 – Taxa desemprego aberto regiões Metropolitana 91 a 2002	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 TEORIA ECONÔMICA CLÁSSICA E KEYNESIANA E O DESEMPREGO.....	12
1.1 Teoria Econômica Clássica	14
1.3 O Desemprego sob a ótica da Teoria Geral de Keynes	16
2 COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990	22
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Um grande problema vivido ao longo da história por países em todo o mundo, principalmente pelo Brasil, é o desemprego, por isso, vários estudos são realizados buscando um entendimento mais preciso sobre sua origem, não sendo apresentada uma posição unânime sobre o tema.

De acordo com os estudos de Santos (2008) é possível perceber que ao longo da história o desemprego esteve atrelado às áreas mais pobres da população, o que foi corroborado com as transformações trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro, que estendeu esse problema socioeconômico a um número ainda mais elevado de trabalhadores, inclusive qualificados.

Mais especificamente, Ocio (1995) entende que o desemprego apresenta uma caracterização teórica muito complexa, não podendo ser considerado uma anomalia em curto prazo, oriunda de problemas mercadológicos. Na abordagem deste autor, o desemprego transcende barreiras puramente econômicas, e pode personificar o fracasso de relações socialmente estáveis. Segundo o autor supracitado:

Ao contrário, tudo indica que decorre da natureza instável e excludente do sistema, e sua minimização exige ações de política econômica específicas, no contexto institucional do que, talvez, poderíamos denominar de Economia Social de Mercado. O desemprego com certeza fere os direitos do cidadão, porém é muito útil para manter as relações sociais da produção orientadas para a valorização do capital (OCIO, 1995, p. 6).

No caso específico da economia brasileira, o período da década de 1990 foi marcado por altas taxas de desemprego. Em função dos malefícios inerentes ao aumento abrupto da taxa de desemprego, entende-se que se justifica um estudo pormenorizado de algumas das possíveis causas que elevaram o número de desempregados na economia brasileira na década de 1990.

No campo da macroeconomia, diversas teorias foram desenvolvidas para explicar o desemprego, especificamente, duas delas que são abordadas no presente estudo: a Teoria Econômica Clássica e Teoria Geral de Keynes. A primeira preceitua que a origem do desemprego se deve a escolha dos indivíduos em não ofertar trabalho, esta opção é feita com base na taxa de salário vigente no mercado. Em outras palavras, segundo esta linha teórica, só há desemprego voluntário ou friccional na economia. Por sua vez, a Teoria Geral de Keynes defende a tese de que o desemprego é resultado endógeno da própria dinâmica econômica. Neste caso, o desemprego é inevitável, mas pode ser controlada em parte com políticas anticíclicas de estímulo a demanda agregada.

Ambas as teorias apresentam divergências, porém, a teoria de Keynes considera relevante explicar e elaborar políticas com intuito de controlar a variação das taxas de emprego. Por outro lado, para a teoria clássica não é necessário explicar o desemprego, já que este é voluntário ou friccional.

A partir do exposto, surgiu o interesse de se realizar um estudo sobre o desemprego no Brasil, com ênfase na década de 1990, momento em que ocorreu um aumento considerável na taxa de desemprego. Optou-se por realizar uma revisão bibliográfica de análise do caso Brasil, tendo por base autores que contribuíram para a formação de um pensamento mais claro sobre o tema, entre

eles: Ocio (1995), Kato e Ponchirolli (2002), Pochmann (2001) e Dillardy (1993). Não obstante, focou-se nas teorias clássica e keynesiana, as quais apresentam diferentes visões para a origem e evolução do desemprego.

O estudo foi dividido em dois capítulos distintos, o primeiro realiza algumas considerações sobre diferentes enfoques de explicações da teoria econômica sobre o desemprego; é apresentado o posicionamento da Teoria Econômica Clássica, e, posteriormente, o desemprego sob a ótica da Teoria Geral de Keynes. A partir dos pressupostos clássicos e keynesianos, o segundo capítulo aborda e discute a questão do comportamento do desemprego na década de 1990.

1 TEORIA ECONÔMICA CLÁSSICA E KEYNESIANA E O DESEMPREGO

Conforme salienta Leite (2000) o desemprego pode ser distinguido sob variadas perspectivas, como por exemplo, voluntário, friccional, estrutural, sazonal. O desemprego voluntário ocorre quando o indivíduo se recusa a trabalhar por um salário inferior ao que ele deseja, e o mesmo permanece no desemprego até encontrar o desemprego com a taxa de salário desejada.

Os operários friccionais, por sua vez, são foco dos estudos de Ocio (1995, p. 8) que afirma:

[...] supõe-se que para cada trabalhador desempregado temporariamente, exista uma vaga disponível, que não foi preenchida devido, exclusivamente, às limitações que impedem a perfeita mobilidade do fator trabalho. Este é o conceito de “desemprego friccional” que, ao relaxar moderadamente os pressupostos da concorrência perfeita, pretende aproximar-se da realidade e explicar a existência concreta de taxas de desemprego relativamente reduzidas. A extensão deste tipo de desemprego dependerá do volume de recursos pessoais ou familiares, do grau de proteção social aos desempregados e das expectativas em torno da possibilidade de obtenção de melhores empregos (*apud* MALINVAUD, 1984).

O desemprego estrutural resulta das mudanças estruturais da economia que provocam desajustamentos no emprego da mão de obra, assim como alterações na composição da economia associada ao desenvolvimento. A insuficiência da procura de bens e de serviços e insuficiência de investimento são as causas para este tipo de desemprego que são mais comuns em países desenvolvidos devido à grande mecanização das indústrias, reduzindo os postos de trabalho (LEITE, 2000).

O desemprego sazonal ocorre devido às flutuações do nível de emprego que ocorrem no período de um ano e que são inerentes à atividade econômica. Por ser um desemprego com característica bastante previsível e localizado, não constitui um problema significativo do ponto de vista econômico (LEITE, 2000).

Por outro lado, altas taxas de desemprego persistentes podem compreendidas como um fenômeno social observado de sobremaneira em países subdesenvolvidos. Desta forma, há uma parcela da força de trabalho disponível que não encontra emprego, quando a demanda por trabalho cresce a uma taxa menor do que o crescimento populacional. No Brasil, as razões do desemprego são mais complexas. O desemprego possui outro agravante, que é a migração de pessoas de uma região a outra em busca de oportunidades de trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável por fornecer informações mais completas sobre questões relacionadas ao mercado de trabalho e, segundo o referido Instituto, considera-se desempregado o indivíduo que tenha dezesseis anos completos ou mais, que no período da pesquisa realizada regularmente, buscou ser inserido no mercado de trabalho (KATO e PONCHIROLLI, 2002).

Sabe-se que o desemprego é um problema que gera grande preocupação a profissionais das mais variadas áreas, em especial, aos economistas, isso porque há grande dificuldade no estabelecimento de uma causa específica para explicar sua origem. Neste contexto, busca-se apresentar um breve estudo como forma de encontrar explicações para o problema do desemprego, segundo a perspectiva da Teoria Econômica Clássica e da Teoria Geral de Keynes.

1.1 Teoria Econômica Clássica

Segundo Dillardy (1993, p. 14) a expressão “teoria econômica clássica”, tal como a emprega Keynes, designa os princípios tradicionais ou ortodoxos da teoria econômica que têm sido transmitidos e aceitos pelos economistas acadêmicos desde a época de David Ricardo, o famoso economista inglês do século XIX.

Trata-se de princípios elaborados por vários estudiosos, que são tão aceitos por conhecidos economistas que receberam a denominação de clássicos (DILLARDY, 1993).

Nas palavras de Dillardy (1993, p. 5):

A teoria econômica clássica baseia-se na presunção do pleno emprego do trabalho e demais fatores de produção. Podem ocorrer períodos de queda do pleno emprego, mas considera-se tais como anomalias e a explicação dos mesmos não constitui uma parte básica da matéria versada pela teoria econômica clássica.

Pressupõe-se, portanto, que para se caracterizar um período normal na economia, é preciso que haja um equilíbrio de pleno emprego, sendo o *laissez faire*¹, a política social que garante tal equilíbrio.

O pleno emprego pode ser definido como a ausência do desemprego involuntário, que por sua vez não existe para a teoria clássica. Neste sentido, Dillardy (1993) apresenta dois tipos distintos de desemprego que são considerados pela teoria clássica: desemprego voluntário e desemprego friccional. O primeiro refere-se ao recuso dos operários potenciais em relação a

¹ Expressão que se tornou símbolo do liberalismo econômico, na qual defende a ideia de um mercado livre.

um salário inferior. Assim, esses indivíduos são considerados desempregados voluntários, pois optam por tal situação, já que há oferta de trabalho, porém, o salário não é aceito.

De acordo com os pressupostos da teoria clássica, o desemprego clássico tem origem a partir de um desequilíbrio ocorrido em prazo limitado entre oferta e demanda de trabalho. Assim, havendo altos salários, superando a produtividade, surgirá oferta de mão de obra além da demanda, sendo preciso se proceder a devida redução nos salários para que o equilíbrio prevaleça.

Neste caso, a redução do desemprego ocorre via fatores do lado da oferta, ligados ao aumento da produtividade, que acarretam o aumento da demanda por trabalho. O crescimento da demanda por trabalho, como resultado de fatores do lado oferta, aumenta a taxa de salário da economia, e estimulam o crescimento da oferta de mão de obra pelos trabalhadores. Logo, não é adequado elaborar políticas de combate ao desemprego, dado que ele é, por excelência, voluntário.

Vale ressaltar, que segundo a teoria clássica, é preciso manter um equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho e, portanto, em longo prazo, não será possível existir desemprego involuntário, mas tão somente, desemprego voluntário (OCIO, 1995).

Consubstanciado nos estudos de Dillard (1993, p. 5) dispõe-se:

Em lugar de intentar explicar que é que determina o volume de emprego, a teoria clássica tem com ponto pacífico o emprego total e segue adiante explicando como, dando um volume total de recursos, ele se aloca na produção e como o rendimento proveniente desta produção é distribuído entre os diferentes fatores que participam na produção. As forças do mercado que alocam os fatores na produção e determinam o pagamento na distribuição são a oferta e a procura. As relações gerais da oferta e procura determinam os valores relativos dos recursos e mercadorias individuais.

É importante ressaltar que segundo os preceitos da teoria clássica, por não haver desempregados involuntários, é certo afirmar que os responsáveis por este sério problema que afeta toda a economia moderna são os próprios trabalhadores, isso porque, segundo esta teoria, o desemprego ocorre porque o indivíduo escolhe não trabalhar.

1.2 O Desemprego sob a ótica da Teoria Geral de Keynes

Em seu livro, Teoria Geral, de 1936, o economista John Maynard Keynes abordou a questão do desemprego, propondo um método que tem como foco principal identificar as forças que definem o lado da demanda, bem como sua deficiência que eleva o desemprego (DILLARDY, 1993).

Sobre a teoria criada por Keynes, Dillardry (1993, p. 5) comenta:

Sua teoria se ocupa de todos os níveis do emprego, em contraste com a que ele denomina a teoria econômica clássica, que se limita ao caso especial do pleno emprego. O objetivo da teoria geral de Keynes é explicar o que é que determina o volume de emprego em um momento dado, seja o pleno emprego, desemprego amplo ou algum nível intermediário.

Observa-se que a teoria geral de Keynes volta-se para uma análise do emprego e do desemprego, buscando identificar os principais fatores deste último, tendo como base o estudo econômico do lado da demanda.

A Teoria Geral de Keynes defende que o alargamento do desemprego não é algo inevitável, ao contrário, pode ser, em parte, controlado. A partir da procura de emprego, a teoria dispõe: “Quando a procura é deficiente gera-se o

desemprego, e quando a procura é excessiva produz-se a inflação” (DILLARDY, 1993, p. 5).

Pode-se, assim, estabelecer que a teoria de Keynes procura explicar a variação no volume do emprego nos diferentes períodos, sendo sua principal diferença para a teoria clássica o fato de que nesta última não se considera relevante a análise do desemprego involuntário, sendo que, ao contrário, a economia clássica, não considera o desemprego involuntário como fator relevante para explicar as flutuações do desemprego. A teoria Keynesiana propõe que o desemprego é involuntário, causado, sobretudo, pela insuficiência da demanda.

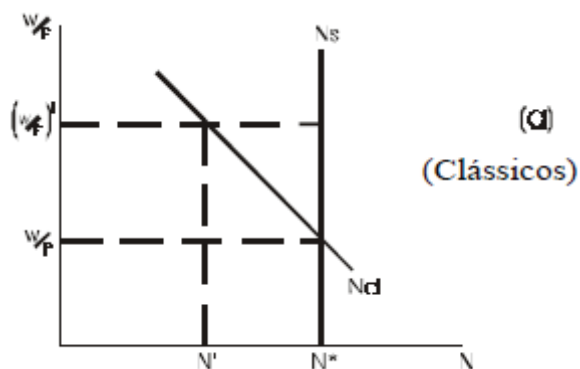
Tendo por base a teoria de Keynes, é relevante mencionar que os conflitos promovidos pela teoria clássica passam a ser superados, conforme esclarece Ocio (1995, p. 7):

[...] o paradigma Keynes-Beveridge (Purdy, 1988), que pretende superar o conflito entre os conceitos de desemprego voluntário e involuntário, contém duas proposições. Uma afirma que a posse de um emprego garante a renda familiar adequada, a outra, que a ação da política econômica é capaz de gerar os empregos necessários. Na Teoria Geral, Keynes admite que o desemprego é um fenômeno conjuntural, decorrente da insuficiência da Demanda Agregada responsável pela ocupação parcial da capacidade produtiva. Os trabalhadores, para cuja produção não há demanda, permanecerão “involuntariamente” desempregados, independentemente de aceitarem, inclusive, alguma redução de salários. Este desemprego é involuntário, independe do salário comumente pago e pode ser evitado através de políticas ativas, fiscais e monetárias que elevem a demanda efetiva. Desta forma o desemprego decorre do desequilíbrio do setor real. O excesso de oferta de bens (*excess supply of goods*), em relação à demanda corrente dos mesmos, leva ao excesso de oferta de trabalho (*excess supply of labor*), (Cortazar, 1988), em relação a sua demanda.

Para que seja possível melhor visualização da questão do desemprego sob a ótica clássica e Keynesiana, dois gráficos serão apresentados tendo por base os estudos de Ocio (1995). O primeiro deles representa o desemprego clássico, que ocorre em virtude de altos salários: “Qualquer valor do salário real que

exceda o determinado pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho, W/p , provocará um excesso de oferta de trabalho em relação à demanda gerando desemprego do tipo clássico, (N^*-N') " (OCIO, 1995, p. 29).

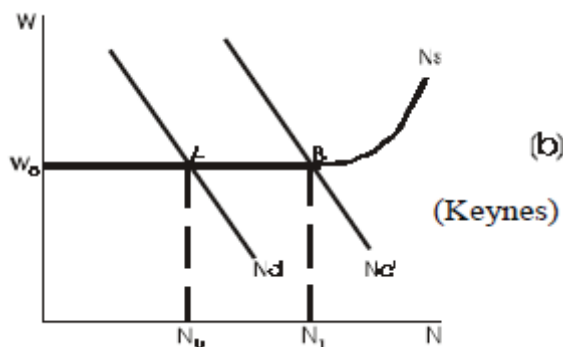
Gráfico 1 – Desemprego clássico



Fonte: OCIO (1995, p. 29).

O segundo gráfico representa o desemprego Keynesiano, no qual a curva de oferta de trabalho é sempre paralela ao salário, assim, o valor dos salários deve ser constante. Segundo Ocio (1995, p. 29): “A distância $(N_1 - N_0)$ constitui o “desemprego involuntário”, ou keynesiano, compreendendo a parcela da PEA, que apesar de aceitar o salário comumente pago, não encontra os postos de trabalho desejados”.

Gráfico 2 – Desemprego segundo Keynes



Fonte: OCIO (1995, p. 29).

Dathein (2000) observa que Keynes atribui ao comportamento da demanda efetiva, todas as situações relacionadas ao pleno emprego ou desemprego involuntário, surgindo incertezas intrínsecas que podem originar instabilidade econômica.

Segundo Dathein (2000, p. 19):

O núcleo teórico comum às teorias keynesianas, portanto, é a consideração da demanda agregada como determinante fundamental do nível de emprego. Dessa maneira, no curto prazo, nem a oferta agregada e nem o mercado de trabalho seriam fundamentais. O emprego é determinado pela demanda efetiva, enquanto os trabalhadores não controlam efetivamente a oferta de mão-de-obra. Existe desemprego voluntário, mas este tem pouca relevância teórica, empírica e político-econômica. A preocupação teórica e de política fundamental é com o desemprego involuntário, ou seja, com o equilíbrio abaixo do pleno emprego. Sendo este desemprego involuntário gerado por insuficiência de demanda efetiva, a preocupação volta-se para os determinantes desta. O principal componente da demanda efetiva é o investimento, de modo que a análise centra-se nos determinantes da taxa de investimentos, e em como as políticas econômicas podem aumentar esta taxa, partindo da constatação de que existe incerteza e de que as decisões sobre os investimentos são tomadas com base em expectativas sobre o futuro.

É relevante mencionar que o principal ponto divergente entre a teoria econômica de Keynes e as teorias clássicas volta-se para a ideia de que a primeira explica o significado do pleno emprego e do desemprego, enquanto que

a segunda limita-se a explicar somente o pleno emprego e por isso, são consideradas incompletas (DATHEIN, 2000).

Dathein (2000, p. 1) em um paralelo entre a teoria clássica e a teoria de Keynes esclarece:

A teoria keynesiana entende, em contraposição à visão clássica, que para se explicar o desemprego não se deve começar a análise pelo estudo do mercado de trabalho, ou tentar encontrar todas as respostas neste mercado, de forma a praticamente resumir a discussão a questões microeconômicas. Ao contrário, a determinação teórica vem do estudo sobre a dinâmica econômica mais geral e seus impactos sobre o emprego, especificamente. A ordem causal é tomada inversamente, aparecendo o “mercado de trabalho” no final da corrente. Na realidade, nem sequer existiria um mercado de trabalho, pois não há uma função de oferta de mão de obra que permita encontrar-se um equilíbrio de salários reais e de emprego na interação com a função de demanda por mão-de-obra. Desta forma, pode-se explicar o relativamente pequeno estudo sobre o mercado de trabalho, em si, pelos autores keynesianos. De maneira oposta, os autores neoclássicos, para os quais, em princípio, não existe desemprego involuntário por causas endógenas, criam muitas teorias para explicar o desemprego existente no mundo real, quase sempre circunscrevendo a análise ao mercado de trabalho, de forma a preservar o seu núcleo teórico básico.

Pode-se aferir, portanto, que a teoria de Keynes defende um posicionamento de que o desemprego deve ser explicado a partir da dinâmica econômica, bem como seus impactos no emprego. Dessa forma, o mercado de trabalho passa a ser considerado somente no final da análise, diferente da teoria clássica, que o considera ponto de partida para debater questões relacionadas a emprego/desemprego.

Outra questão divergente entre as duas teorias é a crítica que Keynes faz sobre a ideia da teoria clássica de que o desemprego deixa de existir a partir do momento que os operários aceitam salários mais baixos, já que não são os contratos efetivos que determinam o volume de emprego e sim, a procura efetiva.

É a partir da procura efetiva que se determina o volume de emprego, sendo o desemprego o resultado de uma carência nessa procura (DILLARDY, 1993).

Dathein (2000) menciona a teoria pós-Keynesiana, que defende a mesma linha que a teoria de Keynes, mas busca melhorá-la, suprimindo algumas falhas que são complementadas, mas mantendo a essência das ideias do economista, em especial, o entendimento de que a economia capitalista é tratada como uma economia monetária de produção. Além disso, busca-se esclarecer a instabilidade financeira enquanto característica endógena de uma teoria liberal. Segundo o autor:

Esta instabilidade poderia explicar as crises financeiras presentes com frequência nos períodos recentes como consequência do funcionamento normal destas economias. As visões sobre financeirização e mundialização, por outro lado, atualizam a teoria keynesiana, ao incorporarem as mudanças econômicas recentes, destacando que o aumento da incerteza decorrente destas mudanças desestimulou os investimentos, o que explicaria as menores taxas de crescimento econômico. A imposição pelos “mercados” de políticas econômicas que buscam preservar a credibilidade junto a agentes econômicos específicos, cuja lógica predomina nestes novos contextos, teria determinado que o Estado passasse a não mais poder agir visando alcançar o pleno emprego. Além disto, teria ocorrido perda de autonomia nacional das políticas econômicas (DATHEIN, 2000, p. 20).

Sob a visão liberal, a fragilização dos Estados, assim como das políticas econômicas tornaria complicada para obtenção do pleno emprego. Porém, os ciclos poderiam se tornar mais persistentes, mas a economia ficaria mais instável, motivando desemprego involuntário (DATHEIN, 2000).

2 COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

O presente capítulo busca trazer algumas considerações sobre o comportamento do desemprego na década de 1990, período de profundas transformações na esfera econômica do país e quando teve início altas taxas de desemprego.

Pode-se dizer que o desemprego é um dos principais responsáveis pela crise social e econômica que o país vivenciou nas últimas décadas, tendo seu início a partir do fracasso do modelo de desenvolvimento dos anos 1980, e na década de 1990, que foi marcante para a economia brasileira, principalmente por se tratar de um período em que ocorreu a redução da expansão do desenvolvimento econômico (SILVA, 2005).

Segundo Silva (2005, p. 11):

A crise econômica vivida no Brasil não foi um fato isolado, revelou um movimento de ajuste da economia mundial com mudanças na orientação da política econômica dos países centrais, com repercussões desfavoráveis para os países em desenvolvimento. Após um período de recessão na economia mundial, foram adotadas medidas de caráter liberal favoráveis a flexibilização das relações de trabalho e a contenção do déficit público através da redução de gastos com as políticas sociais. Tal conjuntura evidenciou um ataque ao modelo Keynesiano, pautado na forte presença do Estado como regulador das relações econômicas e sociais. Surge o neoliberalismo como um movimento político e ideológico propondo a retomada da ideia de livre mercado, buscando limitar a ação do Estado sobre a economia.

Nota-se que a crise econômica, ocorrida no final da década de 1980 e início de 1990, foi de esfera mundial, com reflexos no Brasil, o que motivou o surgimento do neoliberalismo que defende a ideia de que o mercado deve ser o

alocador de salários, bem como de capitais, revelando uma posição contrária em relação ao Estado enquanto ente responsável por tal alocação. Além disso, defende a queda das barreiras comerciais para incentivar o livre comércio e consequente aumento nas importações de bens (SILVA, 2005).

Adicionalmente, Kato e Ponchirolli (2002) entendem que um dos motivos para o problema do desemprego da década de 1990 foi resultado da infausta “década perdida”, em 1980, pela qual houve forte crescimento da inflação, associados a recorrentes planos econômicos ortodoxos e heterodoxos que não atingiram efeitos previstos, quais sejam, de contenção da inflação e manutenção de um ambiente institucionalmente instável para o crescimento do investimento privado. Apenas para citar, em 1986, o governo por meio do Plano Cruzado, manteve a inflação a 62% ao ano. No entanto, após três sucessivos planos econômicos de contenção, a década foi encerrada com o Brasil sob uma hiperinflação de 1.764%, ao ano, em 1989, e atingiu 6.584%, ao ano, em abril de 1990. Nestes termos, Kato e Ponchirolli (2002, p. 89) sugerem que:

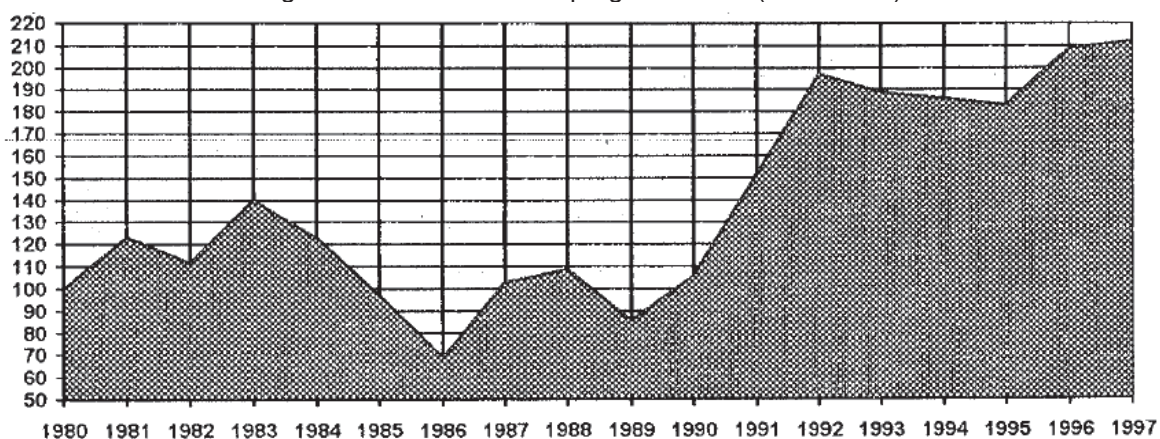
O desemprego dito conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. A experiência da década de 1980 ensinou claramente que o desinvestimento provoca um desemprego duradouro, podendo haver conflito entre objetivos de curto e de longos prazos. Mas a forma mais resistente de desemprego está ligada a um descompasso entre a estrutura qualificada da mão-de-obra necessária e da força de trabalho disponível. A curto e a longo prazos, as três formas de desemprego misturam-se e confundem-se. No longo prazo, a pior forma de desemprego (estrutural) resulta de uma defasagem entre a evolução da tecnologia e o ensino.

Na década de 1980 ocorreu um momento de variação nas taxas de desemprego no país, com quedas e aumentos nos índices verificados até o início da década de 1990, momento em que as referidas taxas tiveram aumento significativo, conforme se pode observar na Figura 1.

Segundo Nanni (2011) na década de 1990 foram implantadas medidas visando promover a abertura econômica no Brasil, diminuindo barreiras e limitações ao capital estrangeiro, o objetivo era facilitar investimentos no país. Neste período houve intenso crescimento tecnológico, de modo que houve redução do tempo de serviço dos trabalhadores. Os países desenvolvidos passaram a pressionar a abertura econômica dos países subdesenvolvidos, já que os primeiros apresentavam maior poder tecnológico. Pressionado por países desenvolvidos, o Brasil encontrava-se em um momento de grande dívida externa, com juros muito altos e redução das atividades econômicas, levando o governo a buscar alternativas para alcançar o superávit primário, ou seja, a diferença existente entre a arrecadação e os gastos internos do país.

Conforme se pode notar na Figura 1, em 1980 houve uma leve alta nas taxas de desemprego, com quedas e elevações contínuas, com destaque no ano de 1983 quando ocorreu uma grande redução em tais taxas e 1989, momento em que ocorreu um aumento representativo e intenso, que marcou a transição para a década de 1990, que manteve elevadas taxas de desemprego.

Figura 1 – Taxa de desemprego no Brasil (1980-1997)



Fonte: IBGE (*apud* POCHMANN, 2001, p. 124).

Houve, portanto, uma reformulação em toda a estrutura da economia brasileira, com algumas medidas importantes como a eliminação das barreiras tarifárias e a liberação das importações.

A década de 1990 inicia-se com a substituição de um presidente que fracassou com o plano implantado para reestabelecer a economia do país por outro que apresentou medidas com objetivo de minimizar os índices de inflação, para liberar a economia e, consequentemente, alavanca-la.

De acordo com Baer (2004 *apud* NANNI, 2011, p. 8):

O presidente Sarney deixou a presidência em 1990 com o fracasso do Plano Cruzado. Ao assumir o governo, Fernando Collor de Mello apresentou medidas bem definidas de como controlar a inflação e de liberalização da economia. Collor pretendia abrir a economia e atrair capital estrangeiro direto adotando medidas de redução de subsídios à exportação, redução de reservas de mercado e de tarifas além da mudança no sistema cambial, permitindo-se a flutuação do câmbio

Santos (2009, p. 9) esclarece:

Essa década foi marcada por um processo intensivo de privatizações (desencadeado a partir do Governo Collor, 1990-1992), pelo recuo das reivindicações do mundo do trabalho, pelas modificações na legislação e na organização dos sindicatos, bem como na legislação de greve. Sendo que as metas e objetivos das políticas de desenvolvimento foram definidos a partir da política econômica em detrimento do social.

Alves e Targino (2006) explicam que o governo apresentou, em 1990, um cronograma a ser seguido até 1994, que trazia a estimativa de redução gradual e organizada das barreiras tarifárias, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Cronograma de redução tarifária (1990-1994) em %

	1990	15/2/1991	1/1/1992	1/1/1993	1/1/1994
Tarifa Modal	40	20	20	20	20
Tarifa Média	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Desvio Padrão	19,6	17,4	14,2	10,7	7,9

Fonte: Correa (1996 *apud* ALVES, 2006, p. 232)

Assim, a partir da década de 1990, a economia brasileira passou por profundas transformações, ocorrendo a abertura econômica, que gerou o aumento nas exportações e importações brasileiras e consequente inversão no saldo da Balança Comercial, gerando uma dependência do país em relação ao capital estrangeiro (CAMARGOS, 2002).

Muitas ações foram implantadas pelo governo durante a década de 1990, visando a abertura econômica, entre elas os Planos Collor I e II. Defendia-se o esvaziamento do papel do Estado como forma de se alcançar o crescimento econômico, o que era ideia defendida pela filosofia neoliberalista, mas a realidade foi diferente.

Segundo Silva (2005, p. 16):

A crença de que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com a elevação no número de ocupações e a defesa da ideia de que diminuindo os gastos públicos e com a privatização de empresas estatais poderia levar à expansão econômica, foram as justificativas dadas para legitimar as ações do governo brasileiro nesse período. Contudo, o que tivemos foi a redução da atividade econômica nacional e a elevação do quadro de desemprego aberto.

Neste sentido, a década de 1990 foi marcante para a economia brasileira, em termos do aumento do desemprego, principalmente como fonte do desequilíbrio entre reduzida oferta interna de produtos com alta tecnologia em relação à demanda interna por estes produtos. Como resultados, houve o aumento da taxa de desemprego associado com desequilíbrios do balanço de pagamentos.

Com o crescente avanço tecnológico, o mercado passou a exigir mão de obra especializada motivando um aumento na taxa de desemprego que ultrapassou 8% em 1999, frente aos 3 % do período anterior, principalmente entre indivíduos de baixa escolaridade (REIS, 2006). Kato e Ponchirolli (2002, p. 89) observam que:

O aumento do desemprego no Brasil apresenta três explicações fundamentais: fatores estruturais, conjunturais e sazonais. Dos fatores estruturais, o Brasil amarga efeitos de três fatores perversos: baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível. Destes fatores, a educação insuficiente desde a infância é responsável direta ou indiretamente pela baixa qualificação da mão-de-obra no Brasil e apresenta-se como um dos pontos mais críticos para o país. Assim, é possível evidenciar que boa parte dos problemas como desemprego no país é gerada pela baixa qualificação da mão-de-obra existente, oriunda de uma educação precária e insuficiente.

Neste ponto, é possível observar que a exceção da proposta para os salários, todas as demais são liberalizantes. Aliás, uma constante das propostas ortodoxas de política econômica, sempre foi o arrocho salarial, adotado em nome do combate à inflação. Esta nova trajetória de política econômica do Brasil, se fundamenta na hipótese de que a inflação e o desequilíbrio externo decorrem das distorções do mercado, sobretudo, do excesso de demanda agregada. Portanto, estas distorções, isto é alta inflação e desequilíbrio externo, podem ser resolvidas pela eliminação de políticas de controle de preços, ou mesmo, por meio da

redução da procura agregada, o que acarretaria, apenas no curto prazo, a recessão da economia.

A partir do Plano Real foi alcançado o controle inflacionário almejado, o câmbio passou a apresentar cotação de R\$ 1 igual a US\$ 1, o que promoveu grande crescimento das importações e o consequente aumento da atividade econômica do país (ABURACHID, 2008).

Sobre o Plano Real Aburachid (2008, p. 47) afirma:

O Plano Real foi concebido alicerçado no ideal desenvolvimentista, mas com controle inflacionário. Embasado na abertura da economia buscando maior concorrência interna e pagamento de taxas elevadas de juros da dívida pública, em virtude da incerteza e do controle inflacionário.

Alves e Targino (2006, 244) trazem importantes considerações sobre o tema:

No início de 95, observa-se uma mudança na orientação da política econômica, com reflexos sobre a política de importações, determinada pelo desequilíbrio nas contas externas, pós-apreciação cambial, pela dificuldade de financiamento externo dos déficits comerciais, a partir da crise do México (que determina a fuga de capitais externos dos países emergentes) e pela elevação das taxas de juros internacionais. Destaca-se, ainda, a crescente pressão em favor de proteção por parte de setores prejudicados pela política de abertura.

As medidas até então adotadas para abertura econômica foram limitadas, ocorrendo elevação das tarifas de muitos produtos, fazendo com que as importações declinassem, ocorrendo a reabertura econômica somente no final de 1996, com retomada dos fluxos de capitais estrangeiros. A Tabela 2 mostra o aumento das alíquotas de importações no período:

Tabela 2 – Alíquota nominal média de importações (1996-1998)

Destinação Econômica	1996	1997	1998
Matérias Primas e Produtos Intermediários	8,97	9,41	12,45
Bens de Capital	11,97	11,16	16,22
Bens de Consumo	24,55	25,93	26,67
- Duráveis	35,39	37,05	36,78
- Não-duráveis	15,03	14,49	17,02
Equipamentos de Transportes	18,99	19,38	20,60
Combustíveis e Lubrificantes	11,44	9,06	9,59
Material de Construção	12,19	13,95	17,43
Total	13,60	13,80	16,74

Fonte: Azevedo *et. al.* (1999 *apud* ALVES e TARGINO, 2006)

Vê-se que em grande parte dos setores houve elevação na alíquota nominal média de importações no período apontado, ou seja, entre 1996 e 1998, sendo o maior aumento no setor de bens de consumo duráveis.

Resende (2000 *apud* ALVES e TARGINO, 2006, p. 245) acrescenta:

Além da elevação das alíquotas, instrumentos não-tarifários foram utilizados como forma de proteção do mercado interno, como exigência de controle sanitário e fitossanitário, principalmente, para produtos agrícolas e da área de saúde; exigência de certificado de qualidade para diversos setores (como o caso do setor de brinquedos e de equipamentos elétricos); exigência de documentos e capital mínimo para o registro de empresas importadoras, entre outras. Adicionalmente, o governo passou a utilizar mecanismos de defesa comercial como: medidas antidumping, compensatórias (ou antisubsídios) e de salvaguardas.

Em 1997 o Brasil sofreu os efeitos da crise asiática, ocorrendo o aumento nas taxas de juros e lançamento de novos títulos de câmbio para garantir a estabilidade econômica no país. Antes o país encontrava-se em um período de crescimento nas importações devido a sobrevalorização cambial, com pequenas

quedas, mas que não foram consideradas significativas, o que sofre mudança radical neste ano, quando há grande redução nas importações.

No ano seguinte, nova crise surge, porém na Rússia, ocorrendo séria desvalorização da moeda brasileira, levando ao aumento da taxa de juros e a tomada de medidas para minimizar os efeitos da crise, entre elas a redução do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros) como forma de estimular a entrada de capital, além da redução do prazo de pagamento da dívida (ABURACHID, 2008).

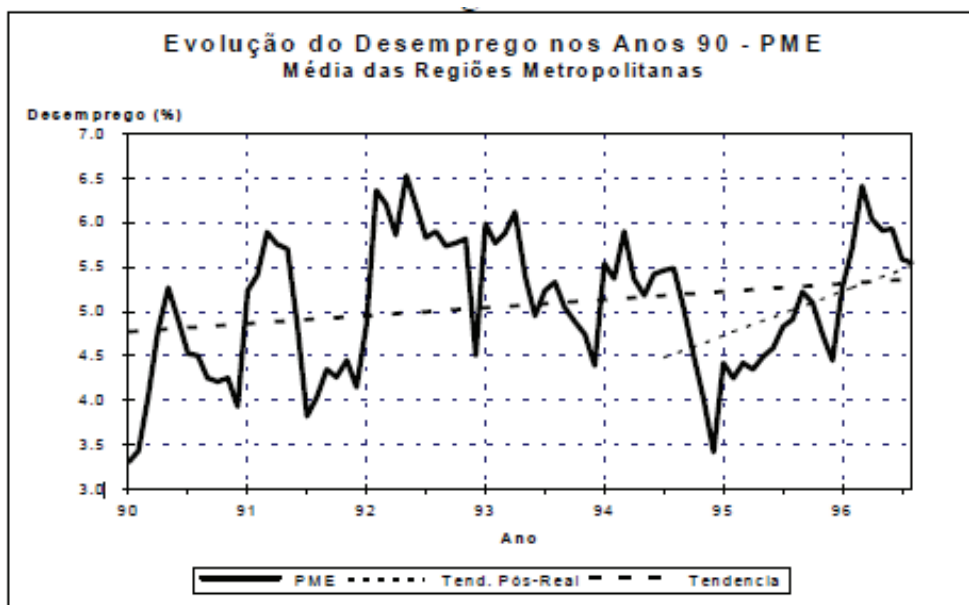
Segundo Baer (2004 *apud* NANNI, 2011, p. 9):

A valorização cambial que vinha ocorrendo até 1999 e o aumento das taxas de juros reduziram os índices de crescimento econômico, tornando o país cada vez mais dependente de investimentos estrangeiros. Assim, em 1999, o governo adotou a flexibilização cambial, sistema no qual a taxa de câmbio varia de acordo com o mercado, e que poderia trazer maior competitividade para o comércio externo do país.

Mesmo com a flexibilização cambial não se verifica grande melhoria na balança comercial no país em 1999, isso porque o Real estava desvalorizado e houve grande queda nas importações, sendo observados melhores resultados somente no final do referido ano e início de 2000, quando ocorre aumento das importações (ALVES e TARGINO, 2006).

Ramos (1997) explica que na década de 1990 mesmo com a flexibilização nas relações de trabalho como importante ponto favorável, ocorreu, por outro lado, aumento na taxa de desemprego, gerando muitas reflexões sobre o comportamento da economia e do próprio mercado de trabalho. O referido autor apresentou um gráfico evolutivo do desemprego nos anos 1990, representado pela Figura 2.

Figura 2 – Evolução do Desemprego nos anos 1990



Fonte: Ramos (1997, p. 2).

Vê-se que no início da década de 1990 houve um crescimento relevante nas taxas de desemprego do país, ocorrendo altas e quedas durante todo o período, mas de modo geral, o número de desempregados se manteve muito elevado no período.

De acordo com o IBGE (*apud* GASPAR NETO, 2004, p. 15):

[...] nos anos 90 o setor primário perdeu 91 mil empregos (3,0%), o secundário diminuiu 2,4 milhões de empregos (77,3%) e o terciário teve uma redução de 967,3 mil empregos (19,7%), revelando que a maior destruição do emprego ocorreu no setor secundário da economia (ou seja, na indústria). Outro dado importante é que a maior parte da força de trabalho do País em 1999 foi absorvida pelo setor de serviços que concentrou 41,2% dos ocupados. A indústria ocupou apenas 12,7%, demonstrando a pouca capacidade da indústria em gerar empregos.

Segundo Pochmann (1999, p. 80) o Brasil perdeu cerca de 1,2 milhão de empregos industriais decorrente da expansão das importações, consagrando o

Brasil entre os quatro maiores países em número de desempregados do mundo. A indústria foi o setor com menor índice de geração de empregos na década de 1990, de forma que os indivíduos que não conseguiam uma colocação na indústria procuraram o setor terciário, ocorrendo mudanças para o mercado de trabalho e crescimento do trabalho informal.

Pochmann (2001b *apud* GASPAR NETO, 2004) esclareceu que durante os anos 90, 13,6 milhões de indivíduos buscaram oportunidades no mercado de trabalho e somente 8,5 milhões conquistaram uma vaga profissional, o que demonstram que 37% dos mesmos ficaram desempregados.

Nas regiões metropolitanas, o desemprego apresentou altos índices durante a década de 1990, apresentando queda no período correspondente aos anos de 1993 e 1995, momento inicial da implantação do Plano Real, voltando a aumentar após esse período e atingindo os maiores índices em 1998 e 1999 (SILVA, 2005).

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2012, p. 4-5) realizou um convênio que resultou em estudos sobre a evolução da taxa de desemprego no país:

A partir de 1996, o desemprego sobe ainda mais em decorrência de fatores conjunturais como a elevação das taxas de juros domésticas em decorrência da instabilidade financeira internacional, o que contribui bastante para a contração da demanda por mão de obra naquele período. Além disso, a estabilidade de preços foi alcançada com sensível diminuição do ritmo de crescimento econômico, o que contribuiu para a diminuição do nível de ocupação. Ao final de 1998, com o câmbio sobrevalorizado e o escasseamento do fluxo de capitais externos decorrente da forte crise financeira internacional, a taxa de desemprego aberto atingiu seu mais alto nível na histórica econômica recente do país.²

² Retirado do site <<http://www.anpec.org.br>> [Acesso em 18 de abril de 2012].

O desemprego tornou-se o resultado das políticas adotadas no Plano Real, já que a sobrevalorização da moeda e aumento dos juros para estabilizar o plano fez com que houvesse uma redução da demanda e consequente desequilíbrio na balança comercial, pois o número de importações superou o de exportações. Diante deste quadro, buscou-se a redução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), como forma de diminuir as importações e equilibrar a balança comercial.

É notável que a política econômica implantada pelo governo na década de 1990 foi fator determinante para o crescimento do desemprego no país, cabendo destacar o que dispõem os estudos de Silva (2005, p. 17):

A economia brasileira passou por situações contraditórias, se por um lado, o controle da inflação e estabilização da moeda, marca do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), por outro, as ações adotadas para essa “conquista” trouxeram consequências danosas para o país, com o baixo crescimento econômico e elevação do desemprego. A valorização artificial da moeda brasileira trouxe um saldo negativo para a balança comercial. Para amenizar essa situação, o governo FHC, aumentou a taxa de juros, para atrair recursos externos para o Brasil, esses recursos seriam usados, em parte, para cobrir os déficits comerciais.

Diante da situação econômica vivenciada pelo Brasil na época, o aumento das taxas de juros, bem como a sobrevalorização cambial eram fundamentais para o alcance da estabilidade monetária, já que a falta desta (estabilidade) associada à inflação, contribuíram para os altos índices de desemprego no país.

Somente no final de 1999 a economia retornou a um período de crescimento, o que se deve, em especial, à desvalorização cambial, reduzindo os índices de desemprego no país.

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2012, p. 5):

Com a desvalorização cambial de janeiro de 1999 restabeleceu-se um clima mais otimista e a economia voltou a crescer, principalmente em 2000, revertendo a tendência de queda do desemprego. A taxa de desemprego reverteu sua tendência de crescimento não só pelo crescimento, mesmo tímido, da demanda por trabalho, mas, também, pela retração da oferta de trabalho, uma vez que houve um arrefecimento da taxa de crescimento da força de trabalho³.

A Tabela 3 mostra a taxa de desemprego no período de 1991 até 2002 no Brasil, tendo como foco principal as Regiões Metropolitanas.

Tabela 3

Brasil: Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas ^a; 1991 - 2002
(Média Anual)

Ano	Taxa (%)
1991	4,8
1992	5,9
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,7
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,5
2000	7,1
2001	6,2
2002 ^b	6,2

Fonte: IBGE⁴

(a) Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

(b) Janeiro/Setembro

Conforme se pode notar na Tabela 3, durante toda a década de 1990 houve intenso crescimento da taxa de desemprego no Brasil, com destaque a determinados períodos, como no final do ano de 1997 e início de 1998 quando

³ Retirado do site <<http://www.anpec.org.br>> [Acesso em 18 de abril de 2012].

⁴ Retirado do site <<http://www.anpec.org.br>> [Acesso em 18 de abril de 2012].

houve um crescimento significativo no número de desempregados no país, mantendo-se alto até o final de 1999 quando se iniciou um processo de declínio na referida taxa.

CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado, foi possível entender melhor o processo de desemprego verificado durante as últimas décadas no Brasil, especialmente, na década de 1990, quando se iniciou um crescimento contínuo no número de desempregados. Trata-se de um assunto muito importante, que demanda estudos profundos para que se entenda melhor o que houve na economia brasileira para motivar taxas tão elevadas de desempregados no país.

A Teoria Econômica Clássica, como se pôde notar, sugere que a origem do desemprego é o desejo do indivíduo, já que só permanece nessa condição quem quer, não havendo desempregados involuntários, mas tão somente, voluntários.

A Teoria Geral de Keynes, por sua vez, defende justamente o oposto, ou seja, de uma forma geral, os indivíduos não escolhem permanecer desempregados, de forma que a origem do desemprego é involuntária, gerada por fatores externos, inevitáveis, já que envolvem a dinâmica econômica do país.

Contudo, o presente estudo pode observar que ambas as teorias parecem explicar os efeitos que causaram flutuações na economia brasileira. Em outras palavras, os fatores que acarretaram ciclos econômicos no Brasil durante a década de 1990 parecem estar ligados a impactos do lado da oferta, no que diz respeito aos choques tecnológicos que a economia vivenciou durante a década de 1990, resultados da abertura econômica, e também por fatores associados a demanda, sobretudo, em função dos planos econômicos vivenciados no período, que elevaram a taxa de juros e consequente valorização cambial.

No aspecto do desemprego, por outro lado, os estudos aqui apresentados, sugerem que um fator relevante para esta análise, e não devidamente contemplado nas análises clássica e keynesiana, diz respeito a falta de oferta de trabalhadores com compatível grau de especialização para responder abertura comercial abrupta ocorrida na década de 1990. Além disso, a abertura comercial propiciou a entrada de produtos com alta tecnologia, mais baratos do que produzidos internamente, além da possibilidade da aquisição um novo capital produtivo que substituísse o capital intensivo em mão de obra presente no Brasil. Neste ponto, há também um choque sobre a demanda interna na medida em que o próprio aumento do desemprego gerou um ciclo de redução da demanda agregada.

Como se pode notar, as duas teorias se posicionam em lados opostos, cada qual defendendo um ponto diferente para explicar o desemprego, com argumentos embasados e bem organizados. Porém, foi possível observar que ambas as teorias são importantes para explicar em parte o fenômeno de alta taxa de desemprego vivenciado pela economia brasileira na década de 1990.

Finalmente, vale ressaltar que as variações nas taxas de desemprego no Brasil foram preocupantes, sobretudo na década de 1990, quando atingiram índices muito elevados, afetando toda a economia do país, ocorrendo um processo de declínio desses índices somente em 1999 e mantendo-se até a presente data, quando as taxas encontram-se relativamente mais baixas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABURACHID, Leonardo Felipe Gervásio. **Adaptação de uma empresa do setor de confecções frente ao processo de abertura da economia brasileira** – Um estudo de caso. Pedro Leopoldo: Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2008.

ALVES, Christiane Luci Bezerra; TARGINO, Ivan Moreira. Considerações sobre a orientação externa da indústria brasileira na década de 90. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 17, número 2 (30) pp. 237-257, 2006.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Reflexões sobre o cenário econômico da década de 90**. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Curitiba – PR, 23 a 25 de outubro de 2002.

DATHEIN, Ricardo. **Um esboço da Teoria Keynesiana**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

DILLARDY, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes**: teoria de uma economia monetária. São Paulo: Pioneira, 1993.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE); MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil**: Uma análise entre Regiões e características dos trabalhadores. 2012. Retirado do site <<http://www.anpec.org.br>> [Acesso em 18 de abril de 2012].

GASPAR NETO, Raimundo Francisco Dias. **As políticas públicas de emprego no Brasil e seus impactos no combate ao desemprego nos anos 90**. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2004.

KATO, Jerry Miyoshi; PONCHIROLLI, Osmar. **O desemprego no Brasil e os desafios éticos**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.3, p.87-97, set./dez. 2002.

LEITE, José Alfredo A., **Macroeconomia, Teoria Modelos e Instrumentos de Política Econômica**, São Paulo, Atlas, 2000.

NANNI, Daniela Ribeiro. **Investimento direto estrangeiro no setor bancário brasileiro entre 1990 e 2010**. São Paulo: Fundação Armando Alves Penteado, 2011.

OCIO, Domingo Zurrón. **O Emprego na teoria econômica**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1995.

POCHMANN, Marcio. **Globalização e crise da mobilidade social no Brasil**. Proposta N. 82 Setembro/Novembro de 1999.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1997.

REIS, Maurício Cortez. **Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil**. RBE Rio de Janeiro v. 60 n. 3 / p. 297–319 Jul-Set 2006.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade**: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

SANTOS, Elton Cristian dos. **Gastos Públicos na agricultura e reforma agrária**. 9ª Semana de Iniciação Científica. União da Vitória/Paraná: FAFIUV, 2009.

SILVA, Eliane Lopes da. **O desemprego no Brasil na década de 1990**. Artigo – Mestrado. Ponta Grossa/Paraná: Universidade Estado de Ponta Grossa, 2005.